

# RESENHA *PATRIMÔNIO CULTURAL EM OFICINAS:*

ATIVIDADES EM CONTEXTOS ESCOLARES.

LACERDA, AROLDO DIAS; FIGUEIREDO,  
BETÂNIA GONÇALVES; PEREIRA, JÚNIA  
SALES PEREIRA; SILVA, MARCO ANTÔNIO.  
BELO HORIZONTE: FINO TRAÇO, 2015.

**MARIA MARTA DOS SANTOS CAMISASSA**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA, MINAS GERAIS, BRASIL.

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa de 1993 a 2014.

Mestre pela Architectural Association, doutora pela University of Essex e pós-doutorado pela University of Cambridge (ambas no Reino Unido) sobre arquitetura doméstica do século XIX e XX.

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p149-155>

## FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS PRESERVACIONISTAS EM OFICINAS PEDAGÓGICAS

Em meio às atuais e constantes discussões sobre patrimônio histórico-cultural, uma delas é a da formação de especialistas para a inserção desse conteúdo no ensino formal. No nível superior, pouquíssimos cursos, incluindo os de História, oferecem esse conteúdo, mesmo nos de Licenciatura. Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, únicos com obrigatoriedade legal, é praticamente recente a obrigatoriedade do assunto pelas Diretrizes Curriculares (DCN's 1994). Mesmo assim, podem ser feitas ressalvas quanto à abrangência e profundidade com que é tratada nos inúmeros cursos em funcionamento espalhados no país. Porém, há uma grande distância entre a atuação do profissional arquiteto e urbanista e a da docência no ensino fundamental e médio. No fundo, não é uma distância, mas uma barreira: bacharel e licenciado são duas formas que não se confundem e um não ocupa o posto do outro em um estalar de dedos.

No que diz respeito à identificação e preservação do nosso patrimônio, as Diretrizes Básicas da educação nacional estabelecem a necessidade de promover uma abordagem do tema da cultura e de sua proteção de forma transversal. Ou seja, se já não é tão simples inserir um assunto, a falta de opções de livros didáticos prontos para serem adotados é facilmente detectável. O livro de Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg

e Adriane Queiroz Monteiro – *Guia Básico de Educação Patrimonial* – publicado pelo Iphan em 1999, direcionado aos professores a partir da experiência das autoras com atividades oferecidas pelo Museu Imperial em Petrópolis (RJ), é leitura obrigatória e ponto de partida para novas abordagens. Com edição esgotada por vários anos, o acesso à publicação continua restrito. Ele está disponível na forma virtual através do portal do Iphan, mas quantas pessoas têm acesso a esse material? Outras poucas opções são encontráveis no mercado em forma impressa, excetuando-se as publicações de pequena circulação com abordagens regionais ou microrregionais. Em geral, enquadram-se neste tipo as publicações de museus. Um título da Editora Moderna, que tem ampla participação no mercado de livros didáticos, deve ser mencionado por sua adequação ao amplo tema da Educação Patrimonial. Trata-se do livro de Maria Helena Pires Martins, intitulado *Preservando o Patrimônio e Construindo a Identidade*, com ilustrações de Giroto. A primeira edição saiu em 2001 e em 2010 já estava na 15ª. reimpressão. Este fato comprova a demanda nas salas de aula. Mas ainda está longe de confirmarmos que a demanda está próxima de ser atendida. Pertencente à série *Aprendendo a com-viver*, o livro pode ser datado: pertence aos primeiros anos do século XXI. O tema do patrimônio imaterial ainda não estava na ponta da língua como hoje, mas mesmo assim a abordagem inclui discussões sobre o assunto. Falta, no entanto, uma atualização sobre as questões legais e de condução dos órgãos de preservação desde o âmbito internacional ao estadual. Mas não é esse livro que esta resenha objetiva.

Antes de passar adiante, só mais um aspecto deve ser mencionado: a abordagem do assunto em livros classificados como de literatura infantojuvenil. Neste contexto, três títulos devem ser citados. São eles: *Carta para Alice*, de Maria Christina Veras (José Olympio); *A pedra e o menino*, de Ronaldo Simões Coelho (ilustrações de Denise Nascimento; Paulus) e *Eu me lembro*, de Gerda Brentani (projeto gráfico de Silvia Massaro; Companhia das Letrinhas). O primeiro, publicado em 2007, contém as memórias da filha de José Lins do Rego, em sua infância passada na Paraíba, escritas para sua neta que foi criada no Rio de Janeiro. Nesse caso, a autora relembra a vida simples nos engenhos nordestinos e seleciona o imaginário infantojuvenil como seu interlocutor. No segundo caso, o médico e também

escritor Ronaldo Simões Coelho cria uma história a partir de sua própria experiência em cidades históricas mineiras. Apesar de não identificar o verdadeiro local onde a história se passa, o contexto de igrejas barrocas e a religiosidade da população são finamente ilustrados com desenhos de locais fictícios em meio a reproduções de obras de Aleijadinho e de Mestre Ataíde. O terceiro livro é marcado pelo relato de como as mudanças tecnológicas afetaram a vida de uma criança que se tornou adulta acompanhando o desenvolvimento: o telefone, o carro, o transistor, o zíper... Assim, a autora expõe o surgimento das novidades do mundo contemporâneo para “espanto” de uma criança ou adolescente de hoje. A intenção de todos os autores é a mesma: resgatar uma vivência em que a identidade local é retratada a partir de fatos reais. Este conjunto de obras é apenas um mostruário do que foi possível cavar em meio a uma centena de títulos destinados ao público infantil que promovem uma reflexão sobre os objetos e fatos que foram sendo perdidos no tempo, mas nem sempre perdidos na memória. No site do Iphan, encontra-se para *download* gratuito uma série de publicações sobre o tema da educação patrimonial, dentre eles, um grupo de livros que apresenta uma seleção de títulos infantis de interesse para professores do assunto. Esta coleção, publicada em 2007, intitula-se *Patrimônio e Leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil* e é coordenada por Maria Beatriz Rezende. Esse material é de fundamental importância, até para verificar a nova abordagem do próprio Iphan em relação às políticas de preservação contemporâneas.

No livro em questão – *Patrimônio Cultural em Oficinas* – os objetivos são amplos e dão oportunidade aos professores para aprofundar no assunto de forma teórico-constructiva, mas também na prática de oficinas pedagógicas. A organização do conteúdo proporciona estas oportunidades. O livro está dividido em uma introdução com um histórico sobre a formação da política nacional de proteção do patrimônio, incluindo as opções de cada momento sobre o que preservar, seguida de 12 propostas de oficinas temáticas. Desde o início, a legislação sobre ensino e sobre patrimônio cultural está bem colocada de forma intrínseca e é a partir dela que os autores apresentam suas propostas e visões. O leitor poderá então entender que o assunto não é apenas uma opção desta ou daquela escola ou uma tendência da contemporaneidade. Trata-se de uma obrigatoriedade que está na Lei

de Diretrizes Básicas do Ensino Nacional desde 1996, no cumprimento da Constituição Federal (artigos 210, 215 e 216, de 1988) e na legislação complementar posterior. Como não podia deixar de ser, em função da origem de seus autores, o conteúdo do livro faz referência em especial ao contexto de Minas Gerais. Porém, sua abordagem deixa margens para ser utilizada em qualquer lugar com as devidas adaptações.

Esta publicação contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e faz parte da *Coleção Formação Docente*, da editora Fino Traço. Dentre os autores, Betânia Gonçalves Figueiredo e Júnia Sales Pereira são professoras da UFMG. Os outros dois também são professores de cursos de graduação e do ensino médio na rede particular em Belo Horizonte. Há indícios de que houve trabalhos coletivos da equipe, anteriores a este, como comunicação de resultados de projetos de pesquisa e/ou extensão, incluindo titulação em grau de pós-graduação.

Um dos pontos mais importantes deste livro é que os autores partem do princípio de que os próprios professores do ensino fundamental e médio, ou seja, justamente os agentes responsáveis pela introdução do alumnado no assunto na escola formal, não tiveram na sua formação (e muitas vezes no seu histórico pessoal) uma participação consciente em eventos culturais - seja como parte de seu cotidiano, seja como conhecimento do próprio conceito de cultura de forma acadêmico-teórica aplicável na docência junto ao ensino formal de nível fundamental e/ou médio. O livro tem linguagem acessível, um tanto dialógica, direcionada aos docentes em seu ofício no dia a dia das escolas. Fica então exposto o problema das dificuldades em oferecer - como professores - conteúdos didático-pedagógicos, práticos ou teóricos, no campo da cultura. Segundo os autores, uma simples visita a um museu já é por si só uma novidade, tanto para os alunos como para os professores.

Outro ponto importante do conteúdo é reconhecer e deixar explícito que o patrimônio cultural, ou o conceito de patrimônio cultural, é mutável. É preciso reconhecer que todo este envolvimento com o assunto é um processo por si mesmo, inclusive no que diz respeito ao conteúdo do livro, como expõem os autores: “Não se pode definir em absoluto o que

representa o patrimônio cultural [...] A própria construção da ideia do patrimônio histórico e cultural, como demonstrado ao longo deste texto, encontra-se em movimento de recriação.” (p. 20).

As oficinas são apresentadas em uma sequência não obrigatória, podendo ser selecionada pelo(a) professor(a) a melhor organização dos temas ou adaptação à situação em questão. As ilustrações também servem de roteiro para aprimorar as observações dos envolvidos – professores e alunos. Para cada oficina, há instruções com introdução sobre o tema, objetivos, justificativa, habilidades, avaliação e, claro, informações sobre o desenvolvimento da atividade.

Dentre todos os temas indicados para as 12 oficinas, o patrimonial imaterial cultural é o carro-chefe. No caso do patrimônio imóvel, a única que fica mais próxima é a do patrimônio escolar (p. 85-91). Mesmo assim, o assunto está intitulado como “A escola como patrimônio cultural” e está orientado para a memória deste espaço principalmente em termos de vivências passadas e presentes.

A repetição de conteúdos apresentados desde a introdução de acordo com os objetivos de cada oficina é positiva. A cada passo, a retomada de conceitos e dados factuais faz com que o(a) leitor(a), no papel de docente, não perca de vista as relações entre o tema em desenvolvimento e as premissas das ações preservacionistas. A leitura contínua pode dar evidências claras dessas repetições, mas como um livro-guia é importante que tudo esteja bem articulado e bem explicado.

Um último ponto, no entanto, deve ser destacado. O conteúdo está direcionado para a proteção dos bens patrimoniais culturais imateriais. Na introdução, a abordagem das etapas das políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural não desfaz a imagem de que patrimônio material foi – e ainda é, na visão apresentada pelos autores – o conjunto de obras excepcionais. Igrejas, obras de destaque, monumentos, todos representativos de uma única classe na constituição da sociedade brasileira, formam a seleção apresentada. As ilustrações são prova dessa abordagem. Neste sentido, a arquitetura de exceção é a parte que é apresentada aos leitores. Como fica então a reflexão sobre a importância de um casario típico de uma rua, de um bairro, de uma cidade na formação da comunidade à qual pertence esse mesmo casario? Como chegar até esse público em seu momento de

formação docente com uma abrangência - de que não só de excepcionalidade - que demonstre que um conjunto arquitetônico é representativo de uma sociedade ou de uma comunidade? Como responder àqueles leigos que insistem em perguntar: qual o valor de uma edificação que “não fez parte da história”? Ou: qual a idade mínima para que uma obra arquitetônica (ou melhor, uma construção) se torne um bem patrimoniável?

Concluindo, a interação entre formação docente, políticas preservacionistas e contexto histórico e geográfico local ainda é um grande campo em exploração e está à espera de novas contribuições.

Resenha recebida em: 07/03/2016

Resenha aprovada em: 04/07/2016